

UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO – UNIVASF
PRÓ-REITORIA DE ENSINO – PROEN
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA – SEAD

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA
MODALIDADE A DISTÂNCIA

PETROLINA PE

2024

Presidente da República Federativa do Brasil

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Camilo Sobreira de Santana

Secretaria de Educação Superior

Alexandre Brasil

Presidente da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível
Superior

Denise Pires de Carvalho

Diretor de Educação a Distância – DED/CAPES

Antonio Carlos Amorim

Universidade Federal do Vale do São Francisco

Reitor

Dr. Telio Nobre Leite

Vice-Reitora

Dr^a. Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira

Pró-Reitor de Assistência Estudantil

Dr. Clébio Pereira Ferreira

Pró-Reitor de Ensino

Dr. Marcelo Silva de Souza Ribeiro

Pró-Reitora de Extensão

Dr^a. Michelle Christini Araújo Vieira

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

M.Sc Kilma Carneiro da Silva Matos

Pró-Reitoria de Gestão e Orçamento

Dr. Francisco Alves Pinheiro

Pró-reitora de Pesquisa, Pós Graduação e Inovação

Dr^a. Maria Helena Tavares de Matos

Pró-Reitora de Planejamento e Desenvolvimento Institucional

Esp. Margareth Pereira Andrade

Secretária de Educação a Distância

Dr^a. Antonio Pires Crisóstomo

Coordenadora UAB

Dra Adriana Moreno Costa Silva

Coordenador do Curso

Dr. Bruno Cezar Silva

APRESENTAÇÃO

A região do Vale do São Francisco, por congregar cidades cuja aproximação une os estados da Bahia e de Pernambuco, é um lugar que tem necessidade de um curso voltado para as potencialidades da indústria local, na área desenvolvimento de sistemas para a Web, expandindo a atuação profissional dos seus egressos para atuar no desenvolvimento de soluções para qualquer área que necessite disponibilizar serviços ou produtos na Internet. Tal fato se observa, sobretudo, por seu já reconhecido desenvolvimento econômico na agricultura, onde agrega diferentes perfis profissionais, no entanto, a região do Vale do São Francisco ainda possui um grande mercado para ser aberto em outras áreas, como: turismo, serviços públicos, saúde, entre outros.

Apesar dessa evolução econômica, o Nordeste ainda apresenta muitas carências, por exemplo:

- O Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil, referente ao ano 2015, evidencia uma menor porcentagem de pessoas que frequentam curso superior em relação à população de 18 a 22 anos no Nordeste que nas regiões Sul, Sudeste e Centro-oeste;
- O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos estados nordestinos – referente a 2015 – é o mais baixo do Brasil.
- A exclusão social e seus indicadores como pobreza, analfabetismo e desigualdade social ocorrem de forma mais acentuada no Nordeste do que nas regiões Sul e Sudeste (IDH, 2015).

Deste modo, a implantação do presente curso na UNIVASF irá trazer ao Vale do São Francisco novas possibilidades de profissionalização em uma área que exige profissionais com formações específicas para atender às diferentes necessidades de pessoas que habitam não apenas em Juazeiro e Petrolina, mas também em cidades próximas e onde a UNIVASF atua. Deste modo, a implantação de tal curso pode atender também estados como Piauí, onde já há um campus da universidade em Salgueiro – PE, São Raimundo Nonato - PI, e cidades como Senhor do Bonfim e Paulo Afonso, ambas na Bahia.

Ao ser ofertado pela Secretaria de Educação a Distância (SEAD), este curso não somente amplia o campo de atuação da Univasf para além das regiões supracitadas como também proporciona oportunidades de desenvolvimento econômico e social a outras regiões do nordeste brasileiro onde esta Secretaria tem parceria de cooperação com prefeituras.

O Curso de Especialização em Gestão Pública, modalidade a distância, no contexto da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que ora apresentamos, integra o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP).

Tal programa nasce a partir da experiência piloto do curso de Administração, em 2006, que foi supervisionado pela Secretaria de Educação a Distância (SEED), do Ministério da Educação (MEC), pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e por coordenadores das Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes). Além desse bacharelado, o PNAP é composto de três especializações na área pública (Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Gestão em Saúde). No caso da especialização de Gestão Pública foi constituída uma comissão composta pelos Professores Doutores Maria Aparecida da Silva (UFAL), Dario de Oliveira Lima Filho (UFMS), Silvar Ribeiro (UNEB), Anderson Castanha (UFJF) e Marcos Tanure Sanabio (UFJF).

Nesse contexto, em 2009, a UAB/Capes lançou um edital (Edital UAB/Capes 01/2009, de 27 de abril de 2009) voltado à adesão de Instituições Públicas de Ensino Superior para oferta dos referidos cursos. O programa ofereceu um projeto pedagógico base que deveria ser analisado e adequado à realidade social de cada Ipes. A matriz curricular do curso e os materiais didáticos foram desenvolvidos por uma rede nacional, sendo utilizados em todos os cursos e em todas as Ipes aprovadas.

O objetivo central do PNAP é formar e qualificar pessoal em nível superior visando o exercício de atividades gerenciais, possibilitando que esses gestores intervenham na realidade social, política e econômica, contribuindo para a melhoria da gestão das atividades desempenhadas pelo Estado brasileiro, no âmbito federal, estadual e municipal.

O PNAP, assim como outras iniciativas de fortalecimento das capacidades estatais no Brasil, foi impactado por três vetores principais: o processo de descentralização das políticas públicas em direção às administrações subnacionais; o fortalecimento da qualificação como critério para progressão e desenvolvimento nas carreiras da Administração Pública; e o fortalecimento da modalidade de ensino a distância como instrumento dessa qualificação, impulsionada com o avanço das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC).

O PNAP continuou com a metodologia de monitoramento em Fóruns Nacionais, os quais visam congregar, coordenar e representar com autonomia os cursos das diversas áreas do programa, de modo a implementar ações de melhoria da qualidade na formação inicial e continuada. Já ocorreram 4 fóruns na área do PNAP.

O primeiro, que teve o papel primordial de implantar o Fórum da Área de Administração Pública, com a escolha de sua presidência, aconteceu em Salvador (Bahia) em 2010; o segundo, ocorrido em Brasília (Distrito Federal) em 2012, já discutia propostas de reformulações dos Projetos Pedagógico de Cursos (PPC); o terceiro, acontecido em Belo Horizonte (Minas Gerais) em 2013, deu continuidade às discussões sobre os PPCs; e, o quarto, realizado em Florianópolis

(Santa Catarina) em 2014, reuniu cerca de 180 coordenadores dos Cursos de Especializações em Gestão em Saúde, Gestão Pública e Gestão Pública Municipal, na modalidade de Educação a Distância (EAD), cujo objetivo principal foi propiciar a interação, a troca de experiências e as discussões sobre os PPCs e a elaboração e atualização de materiais didáticos. Vale ressaltar que todos os fóruns contaram com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Em 2017 foi constituída a Comissão de apoio à gestão do PNAP que objetivou analisar as sugestões formuladas nesses fóruns à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2014. Desse trabalho resultaram novos PPC (Bacharelado e Especializações) e a revisão do material didático adequando-os às especificidades do setor público no Brasil.

Vários acadêmicos contribuíram para a consolidação e o amadurecimento deste Programa ao longo do tempo. Destacamos a participação dos professores Alexandre Marino Costa (UFSC), Marcos Tanure Sanábio (UFJF), Teresa Cristina Janes Carneiro (UFES) e Cledinaldo Aparecido Dias (UNIMONTES), que participaram sobremaneira para a consolidação do presente projeto.

INSTITUIÇÃO PROPONENTE:

Cumprindo com uma de suas principais missões, no ano de 2009 a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF) manifestou seu compromisso de melhoria da educação básica no semiárido nordestino, ao colaborar com o Primeiro Plano Nacional de Formação de Professores, uma ação vinculada à política nacional de formação de profissionais no magistério da educação básica instituída pelo Decreto nº 6.755/2009. Para o referido plano a Secretaria de Educação a Distância (SEAD) da UNIVASF, através de autorização do Ministério da Educação, concedida pela Portaria MEC nº 1369, de 07 de dezembro de 2010, e em conformidade com o acordo de cooperação técnica e/ou convênios firmados com a Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), através da Universidade Aberta do Brasil (UAB), Governo do Estado da Bahia, Governo do Estado de Pernambuco, Prefeituras Municipais e Plataforma Paulo Freire, ofertou 750 vagas em Cursos de Formação Pedagógica (PARFOR) nas áreas de Artes Visuais, Biologia, Educação Física, Física, Matemática e Química.

A ofertas de cursos de graduação e pós-graduação, pela Univasf, é operacionalizada através de uma estrutura se projeta 7 (sete) *campi*:

Campus Sede: Av. José de Sá Maniçoba, S/N - Centro CEP: 56304-917 - Petrolina/PE;

Campus Ciências Agrárias: Rodovia BR 407, 12 Lote 543 - Projeto de Irrigação Nilo Coelho -S/N C1 CEP: 56300-000 - Petrolina/PE;

Campus Juazeiro: Avenida Antonio Carlos Magalhães, 510 - Santo Antônio CEP: 48902-300 -Juazeiro/BA;

Campus Serra da Capivara: Rua João Ferreira dos Santos, S/N, Bairro Campestre CEP: 64770-000, S/N - São Raimundo Nonato/PI;

Campus Salgueiro: Salgueiro Shopping - Avenida Antônio Angelim, 570 - 2º andar – Santo Antônio - CEP: 56000-000 - Salgueiro/PE;

Campus Senhor do Bonfim: Rua Tomaz Guimarães, S/Nº, Condomínio Aeroporto – Bairro Santos Dumont - CEP: 48970-000 - Senhor do Bonfim/BA;

Campus Paulo Afonso: Avenida da Amizade, 1900 - Sal Torrado - Paulo Afonso/BA - CEP:48605-780.

PROJETO DE CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO
***Lato Sensu* na modalidade de Educação a Distância**

I - Identificação do Curso:

NOME DO CURSO	Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Gestão Pública
ÁREA DE CONHECIMENTO	ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.
NATUREZA	Especialização <i>Lato Sensu</i>
LOCAL DE REALIZAÇÃO	As ofertas serão destinadas de acordo com a adesão dos polos onde a Secretaria de Educação a Distância atua em parceria com municípios, responsáveis por ofertar infraestrutura de laboratórios, bibliotecas e Internet.
UNIDADES RESPONSÁVEIS	Secretaria de Educação à Distância
COORDENADOR	Professor: Dr. Bruno Cezar Silva CPF: 015.097.885-57 Unidade Lotação: Profiap e gabinete da reitoria Regime de Trabalho: 40h e-mail: Bruno.cezar@univasf.edu.br

ENDEREÇO E FUNCIONAMENTO DO CURSO	Secretaria de Educação à Distância – Universidade Federal do Vale do São Francisco – Av. José de Sá Maniçoba/ S/N Petrolina-PE CEP 56304-917
--	--

II – CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

Período de Realização	Início: outubro de 2024 Término: março de 2026
Carga Horária	390 h
Turno da Oferta	A distância
Curso a distância	Material digital produzidos pela Rede nacional serão disponibilizado pelos professores do Curso no Ambiente Virtual de Aprendizagem
Periodicidade	Semestral
Modalidade do Curso	Modular (a distância)
Número de Vagas	150 vagas distribuídas entre os polos.
Turno de Oferta	A Distância
Público-Alvo	- O curso destina-se aos portadores de diploma de curso superior que exerçam atividades em órgãos públicos ou do terceiro setor ou que tenham aspirações ao exercício de função pública.

Periodicidade	O curso será oferecido a distância
----------------------	------------------------------------

III- DESCRIÇÃO QUANTO A:

Instalações da sede do curso e do(s) polos de apoio(s) presencial(is) e Equipamentos **Instalações da sede do curso e do(s) polos de apoio(s) presencial(is)**

Com relação à infraestrutura (sala de aula com número de assentos compatível com o tamanho da turma, climatizada, multimídia, computadores - máximo de dois cursistas por equipamento, acesso à internet, banda larga, banheiros com acessibilidade, biblioteca com material de apoio pedagógico e livros da área das Ciências Naturais e de Educação) deve ser disponibilizada aos cursistas. Os Polos onde o curso será ofertado, deverão atender às exigências da CAPES.

Serão utilizados computadores constantes dos laboratórios de informática dos Polos a serem atendidos pelo Curso, que são estruturados pela UAB, ligados à Rede Internet banda larga.

Material Bibliográfico: Acervos das Bibliotecas Central da Univasf, podendo os discentes entrarem em contato para verificação de escalas de atendimento pelo telefone: (e-mail: biblioteca@univasf.edu.br; e as localizadas nos Pólos de Apoio Presencial.

Material Didático textual e multimídia: Os textos específicos para o curso serão disponibilizados no ambiente virtual de aprendizagem organizados pela Univasf.

O material Didático que será utilizado foi produzido a partir de 2017 resultante das discussões dos Fóruns de Cooredadores do PNAP, culminando na Comissão de apoio à gestão do PNAP que objetivou analisar as sugestões formuladas nesses fóruns à luz das Diretrizes Curriculares Nacionais de 2014. Os materiais atendem a **linguagem EaD, com guias de estudo e de atividades em cada disciplina**. O material didático do curso de Especialização em Gestão Pública encontra-se disponível no repositório indicado pela Capes, acessível a todas as Ipes participantes do programa.

Ambiente Virtual de Aprendizagem: As atividades das disciplinas serão desenvolvidas na Plataforma MOODLE[®], bem como todas as atividades de orientações de Trabalho de Conclusão do Curso (TCC). Neste ambiente serão postados os conteúdos programáticos, cronogramas do Curso, atividades avaliativas das disciplinas programadas para o mesmo. Será dividido em forma de salas de aulas virtuais em que o discente estará em contato com o Professor Especialista, Tutor, Coordenação do Curso e Tutoria, suporte de TI, Secretaria do Curso e todos os demais colegas da turma. O AVA possibilitará a interação e colaboração entre todos os envolvidos no curso (Discente-Docente-Secretaria-Coordenações). A modelagem das salas e a armazenagem em servidor (backup) dos dados e informações serão realizadas pela Secretaria de Tecnologia da Informação da Univasf.

IV - JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS DO CURSO:

O Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) foi criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância, visando sistematizar ações, programas, projetos e atividades pertencentes às políticas públicas voltadas para a ampliação e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivando a consecução e o fomento dos cursos da UAB, e, conseqüentemente, a democratização, a expansão e a interiorização da oferta de ensino superior público, e da formação de gestores públicos, o Ministério da Educação, por meio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), estimula a oferta do Curso de Especialização de Gestão Pública e de especializações na modalidade a distância, integrantes do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP) e operacionalizados pelas Instituições Públicas de Ensino Superior (Ipes), de acordo com os instrumentos legais emanados pela UAB.

O Curso de Especialização em Gestão Pública vem ao encontro das necessidades de gestores com visão holística das ações administrativas e políticas governamentais, capacitados para exercitar a gestão nos poderes e nas esferas da Administração Pública nacional, regional e local.

Para atender a demanda pela formação de gestores públicos nos entes da federação do Brasil, as Ipes oferecem o Curso de Especialização em Gestão Pública no intuito de ampliar o número de beneficiários da formação superior gratuita e de qualidade, cumprindo, assim, sua missão e colaborando para o desenvolvimento da sociedade brasileira.

O Projeto Pedagógico do Curso (PPC) está pautado na observância aos dispositivos legais, regimentais e institucionais, entre eles:

- Dispositivos da Universidade Aberta do Brasil (UAB);
- As normas de funcionamento dos Cursos de Pós-graduação Lato Sensu, modalidade presencial e modalidade de educação a distância, da Univasf.

Desde meados da década de 1990, a gestão pública no Brasil vem passando por transformações importantes, notadamente no que se refere à redefinição do papel do Estado nacional, em geral, e do papel desempenhado pelas três esferas de governo: União, estados e municípios.

A partir da Constituição Federal de 1988, os estados e os municípios ganharam mais importância, assumindo diversas atividades antes desempenhadas pela União. Nesse sentido, os dois níveis de governo subnacionais passam a assumir papéis complexos, antes exercidos pela União, que exigem competências específicas e uma nova gestão de atividades essenciais.

Vale destacar que as políticas de saúde pública e de educação, por exemplo, ganham força no município com a organização do Sistema Único de Saúde (SUS) e a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef). Em 2007, esse fundo foi ampliado para incluir a educação infantil e o ensino médio, sendo transformado em Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb).

Diante desse cenário, estados e municípios tiveram de redesenhar sua estrutura organizacional para se adequar aos novos papéis que lhes foram impostos. Na realidade, até o presente momento, muitos deles ainda não conseguiram sair do *status quo* anterior e, por isso, encontram dificuldades em se relacionar com os demais níveis de governo, com o mercado e com a sociedade civil organizada. Mesmo aqueles que tiveram um avanço maior ainda necessitam amadurecer um modelo de gestão que contemple essa nova fase de governança pública.

Um dos pontos que merecem destaque diz respeito à conscientização do seu verdadeiro papel constitucional. Na Constituição Federal, há funções exclusivas de Estado, funções não exclusivas e funções de mercado (privadas) que devem ser pensadas e assumidas como tal.

Com a promulgação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estados e municípios passaram a se preocupar mais com suas finanças, tanto do lado da receita quanto do lado da despesa. No entanto, o Poder Público deve estar preparado, do ponto de vista administrativo, para cumprir essa legislação. É razoável afirmar que isso exige quadros de servidores preparados para gerenciar a máquina administrativa

responsavelmente.

Nos últimos anos, no entanto, a concepção de Estado e o papel dos governos e da administração pública têm adquirido renovado interesse. Essa situação se particulariza na América Latina, onde se tornou muito evidente a constatação de que a capacidade do Estado é condição para a democracia. Sem uma adequada capacidade de fazer valer as regras e implementar as decisões tomadas pelos sujeitos políticos, ou sem assegurar o cumprimento dos direitos e deveres associados à cidadania, um regime democrático torna-se inefetivo.

Nesse contexto, a Administração Pública brasileira vem passando por transformações. Assim, a necessidade de qualificação e renovação dos quadros da administração pública passa a demandar ações de capacitação e preparação de força de trabalho para as tarefas da administração pública.

Nesse esforço de fortalecimento das capacidades estatais, iniciativas passaram a ser desenhadas, como, por exemplo, o estabelecimento de uma rede nacional de escolas de governo – articulada pela Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) – e o lançamento do Programa Nacional de Formação em Administração Pública (PNAP), no âmbito da Universidade Aberta do Brasil (UAB), que nasceu com a expectativa de atender não apenas gestores na esfera federal, mas, sobretudo, os gestores nos níveis estadual e municipal. Dessa forma, tanto no desenho de nova estrutura organizacional quanto na gestão dos processos/atividades, União, estados e municípios necessitam de profissionais qualificados em gestão. Nesse contexto, é importante a oferta de cursos e programas de capacitação que contribuam para a efetivação das políticas públicas. De acordo com o Decreto n. 5.800, de 8 de junho de 2006, a UAB é um Programa que tem como objetivo primordial:

- I. ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância, priorizando a oferta na formação inicial de professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados;
- II. ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública;
- III. reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um

amplo sistema nacional de educação superior a distância;

- IV. formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade, objetivando a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

A Diretoria de Educação a distância (DED) da Capes objetiva fomentar e articular as instituições de ensino superior integrantes do Sistema Universidade Aberta do Brasil e seus polos de apoio, subsidiando a formulação de políticas de formação inicial e continuada de professores.

Busca apoiar a formação dos profissionais da educação por meio de concessão de bolsas e auxílios, planejamento, coordenação, fomento e avaliação dos cursos superiores na modalidade a distância pelas instituições integrantes da UAB. Fazem parte dos objetivos da Diretoria de Educação a Distância, a formulação, a implementação e a execução de políticas de expansão e interiorização de formação superior pública.

A DED, para consecução dos seus objetivos, irá articular-se com o Conselho Técnico Científico da Educação Básica (CTC-EB) na elaboração das políticas e diretrizes específicas de atuação da Capes no tocante à formação inicial e continuada de profissionais do magistério da educação básica e à construção de um sistema nacional de formação de professores.

Cabe à Diretoria o estabelecimento de diretrizes e normas para programas e cursos no âmbito do Sistema UAB e uma política institucional de estímulo à inovação em EAD; além de firmar acordos de cooperação técnica e instrumentos congêneres com as Ipes e os mantenedores de polos integrantes do Sistema UAB.

V. OBJETIVOS

Objetivo geral

Capacitar os participantes a atuarem como gestores e analistas das políticas governamentais nos seus processos de formulação, implementação e avaliação e nas atividades administrativas e de prestação de serviços das organizações públicas.

Objetivos específicos

- Desenvolver competências e habilidades de articulação e negociação com atores sociais e políticos e com dirigentes e técnicos de outras organizações, no seu ambiente de atuação;
- Assimilar conhecimento teórico e aplicado atualizado para diagnóstico e solução de problemas de política e de gestão das organizações públicas;
- Aplicar os modelos e instrumentos do planejamento estratégico e de gestão no contexto das organizações públicas com vistas à melhoria de seu desempenho, efetividade e legitimidade;
- Desenvolver a sensibilidade e capacidade de incorporação das dimensões e aspectos éticos na atuação como gestor público.

VI. INSCRIÇÃO, SELEÇÃO E MATRÍCULA - conforme preceitos determinados pela UAB CAPES e a Sead/Univasf

A divulgação do Processo Seletivo será realizada juntamente com o lançamento do edital, por meio das mídias sociais, e site da Univasf, além de contar com a rede de relações que os Polos de Apoio Presencial das cidades que o curso será ofertado, dado que se tem elevada demanda pelo curso.

VII. A QUEM SE DESTINA

O curso está preferencialmente voltado para a qualificação dos diplomados em nível superior que exercem atividades em órgãos públicos ou do terceiro setor ou que tenham aspirações ao exercício de função pública; aos gestores da área pública em seus variados níveis organizacionais, profissionais da área, assistentes sociais e administradores; Orientadores acadêmicos.

As 150 vagas disponíveis para este curso serão distribuídas entre os(as) candidatos(as) optantes pelos seguintes grupos:

- I. Ampla Concorrência (AC): vagas destinadas ao público em geral.
- II. Agente Público: vagas destinadas para servidores públicos (independentemente do cargo) das esferas federal, estadual e municipal (no caso de optantes pelos cursos de especialização em Gestão Pública), conforme previsão da CAPES em seus Editais do Programa da Universidade Aberta do Brasil (UAB).
- III. Ações afirmativas: vagas reservadas para estudantes autodeclarados(as) Pretos(as), Pardos(as), Indígenas e Quilombolas (PPIQ) e pessoas com deficiência (PcD), nos termos da Resolução específica, do Conselho Universitário da Univasf, a qual estabelece que será reservado um percentual de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total de vagas em cada processo seletivo de cursos de pósgraduação para candidatos(as) PPI e PcD, acompanhado do rol de documentos conforme (ANEXO IV) ou registro no cadastro único (CadÚnico), para programas sociais do governo federal por meio de Número de Identificação Social (NIS).

VIII. SELEÇÃO E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

A admissão dos candidatos ao Curso será feita mediante processo público de seleção regulamentada por edital específico.

Caberá ao candidato insatisfeito com o resultado, o direito de recurso, contados 48 horas a partir da publicação do Resultado Final. O mesmo deverá elaborar requerimento que será realizado por meio de requerimento online disponibilizado site da Univasf.

IX. CORPO DOCENTE E ESTRUTURA CURRICULAR DO CURSO

Corpo Docente a ser selecionado pela SEAD/Univasf em edital específico.

Corpo Docente responsável pela elaboração do material didático Docente Descrição do Material Disciplina

O material didático (fascículo) de cada componente curricular é elaborado pelo PNAP e disponibilizado em plataforma específica para a Coordenação do Curso que posta para os discentes por meio do AVA Moodle do Curso. Destaca-se que os docentes dos componentes curriculares são responsáveis pela elaboração do Guia Didático e as atividades avaliativas do curso.

X. ESTRUTURA CURRICULAR

A proposta metodológica adotada neste curso considera as seguintes diretrizes:

- I. Temas e conteúdos que reflitam os contextos vivenciados pelos educandos, nos diferentes espaços de trabalho e, também, nas esferas local e regional;
- II. Enfoque crítico e pluralista no tratamento dos temas e conteúdos;
- III. Produção de conhecimento aplicado à solução de problemas no âmbito da gestão pública, enfatizando o caráter instrumental do curso, em especial com o uso de estudo de casos.

Em síntese, as diretrizes do curso devem oportunizar formação que privilegie competências profissionais, sociais e políticas baseadas nos aspectos:

- ▶ técnico-científico, condizente com as exigências que a gestão pública contemporânea impõe;
- e
- ▶ ético-humanístico e político-social, que a formação do cidadão e do gestor público requer.

A concepção do Curso de Especialização em Gestão Pública está voltada para a formação de profissionais capazes de atuar no contexto da gestão pública à luz da ética, buscando contribuir para o alcance dos objetivos das organizações governamentais e não governamentais, visando o desenvolvimento socioeconômico. O curso foi estruturado em dois módulos. O módulo básico contempla disciplinas comuns a todos os cursos de especialização e o módulo específico

apresenta disciplinas alinhadas aos objetivos de cada um dos cursos.

Módulo Básico

O Módulo Básico é composto por seis disciplinas/atividades de 30 horas, perfazendo um total de 180 horas:

Ord.	Disciplinas / Atividades	C. H.
1	Introdução a EAD	30
2	Política e Sociedade	30
3	Políticas Públicas	30
4	Gestão Pública	30
5	Metodologia da Pesquisa	30
6	TCC	30
–	TOTAL DE HORAS	180

A função do Módulo Básico é propiciar ao estudante uma visão abrangente e atualizada das disciplinas que fundamentam a gestão pública contemporânea, contextualizando a sua aplicação na realidade brasileira e internacional. Esse referencial lhe permitirá compreender melhor, ao longo do Módulo Específico, os problemas e questões da atuação do Estado contemporâneo e sua Administração Pública.

Módulo Específico

O Módulo Específico em Gestão Pública é composto por quatro disciplinas de 30 horas e duas de 45 horas, perfazendo um total de 210 horas:

Ord	Disciplina	C. H.
7	Orçamento e Finanças Governamentais	30
8	Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos	30
9	Licitações, Contratos e Convênios	30
10	Estruturas, Processos e Arranjos Organizacionais	45
11	Gestão de Pessoas	30
12	Governo Digital	45
–	TOTAL DE HORAS DO MÓDULO	210

XI. EMENTÁRIO

Disciplina 1 – Introdução a EAD – 30h

EMENTA
Dinâmica de Integração em diferentes ambientes. Organização de sistemas de EAD: processos de comunicação, processos de tutoria e avaliação. Relação dos sujeitos da prática pedagógica no contexto da EAD. Ambientes Virtuais de Ensino- Aprendizagem (AVEA): estratégias de interação. Metodologias Digitais.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
CORRÊA, Denise Mesquita. Introdução à educação a distância e AVEA . 2. ed. Florianópolis: IFSC, 2014.
HACK, Josias Ricardo. Introdução à educação a distância . Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.
VIDAL, Eloísa Maia; MAIA, José Everardo Bessa. Introdução à educação a distância . Fortaleza: RDS Editora, 2010.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

LITTO, Fredric M.; FORMIGA, Marcos. **Educação a Distância**: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education Brasil, 2009.

MACHADO, Dinamara Pereira; MORAES, Márcio Gilberto de Souza. **Educação a Distância**: fundamentos, tecnologias, estrutura e processo de ensino aprendizagem. São Paulo: Saraiva, 2015.

MORAN, José Manuel; VALENTE, José Armando. **Educação a distância**: pontos e contrapontos. São Paulo: SUMMUS, 2011.

SALES, Mary Valda Souza; VALENTE, Vânia Rita; ARAGÃO, Claudia. **Educação e tecnologias da informação e comunicação**. Salvador: UNEB/EAD, 2010.

SIEBRA, Sandra de Albuquerque; MACHIAVELLI, Josiane Lemos. **Introdução à educação a distância e ao ambiente virtual de aprendizagem**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2015.

Disciplina 2 – Política e Sociedade – 30h

EMENTA

Formas de governo e regimes políticos. Estado e desenvolvimento. Federalismo. Estado e sociedade no Brasil: participação social. Representação política e sistemas partidários: processo eleitoral brasileiro. Sistema político e instituições públicas brasileiras: presidencialismo de coalizão; relações entre os poderes; e judicialização da política.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

AVELAR, Lúcia; CINTRA, Antônio Octávio (org.). **Sistema político brasileiro: uma introdução**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Fundação UNESP, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Construindo o Estado Republicano**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

EVANS, Peter. **Autonomia e parceria: estados e transformação industrial**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. 13. ed. Brasília: UNB, 2010.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

RIBEIRO, João Ubaldo. **Política: quem manda, por que manda, como manda**. São Paulo: Objetiva, 2010.

SANTOS, Reginaldo Souza. **Administração política como campo do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 2010.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília:

UnB, 2012.

Disciplina 3 – Políticas Públicas

EMENTA

<p>Modelos de decisão e o papel dos atores políticos: parlamentos, partidos, grupos de interesse, estruturas institucionais e mídia. O ciclo das políticas públicas: formulação, implementação, acompanhamento e avaliação. A participação da sociedade no ciclo das políticas públicas. Globalização e políticas públicas. Tendências e questões atuais neste campo de estudo.</p>

REFERÊNCIAS BÁSICAS

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **Implementação de Políticas Públicas**. Teoria e Prática. Belo Horizonte: PUC MINAS, 2012.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Eliane (org.). **Políticas Públicas**. Coletânea. Brasília: ENAP, 2006. v. 1 e 2. Parcialmente disponível em:

http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/1254/1/cppv1_0101_saravia.pdf.

WU, Xu; RAMESH, M.; HOWLETT, Michael; FRITZEN, Scott. **Guia de políticas públicas: gerenciando processos**. Brasília: Enap, 2014. Disponível em:

<http://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/2555/1/Guia%20de%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas%20Gerenciando%20Processos.pdf>.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise**. Brasília: UnB, 2014.

HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; PERL, Anthony. **Políticas públicas: seus ciclos e subsistemas: uma abordagem integral**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

LUBAMBO, Cátia W.; COÊLHO, Denilson B.; MELO, Marcus André (org.). **Desenho institucional e participação política: experiências no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Vozes, 2005.

SOUZA, Celina; DANTAS NETO, Paulo Fábio (orgs.). **Governo, Políticas Públicas e Elites Políticas nos Estados Brasileiros**. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

EMENTA

Gestão pública como campo interdisciplinar. Teorias e modelos da Administração Pública: a visão clássica da dicotomia entre política e administração; as abordagens políticas da administração pública; a “Nova Gestão Pública”; a abordagem da governança e do setor público não estatal. Transparência, *accountability* e *responsiveness*: as relações entre demandas, políticas, ação governamental, controles e resultados. Experiências de inovação e reforma administrativa na união e nos entes federados brasileiros: desburocratização, regulação, descentralização, parcerias, participação social e governo eletrônico.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

COSTIN, Cláudia. **Administração Pública**. São Paulo: Elsevier Brasil, 2010. DENHARDT, Robert B.; CATLAW, Thomas J. **Teorias da administração pública**. 7. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

PETERS, B. Guy; PIERRE, Jon (orgs.). **Administração pública: Coletânea**. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 2010.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos; SPINK, Peter (orgs.). **Reforma do estado e administração pública gerencial**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

FREDERICKSON, H. George; SMITH, Kevin B.; LARIMER, Christother W.; LICARI, Michael J. **The public administration theory primer**. Oxford: Westview Press, 2011.

JACOBI, Pedro; PINHO, José Antônio (orgs.). **Inovação no campo da gestão pública local**. Novos desafios, novos patamares. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública: limites e possibilidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

TORRES, Marcelo Douglas de Figueiredo. **Fundamentos de administração pública brasileira**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

Disciplina 5 – Metodologia da Pesquisa

EMENTA

Ética em pesquisa, comitê de ética e plágio acadêmico. Delimitação do objeto de pesquisa: tema, problema, justificativa e objetivos; Revisão da literatura: estado da arte do problema. Estratégias metodológicas da pesquisa: (i) a complementariedade das abordagens qualitativa e quantitativa; (ii) tipos de pesquisa com ênfase em estudo de casos e projetos de intervenção; (iii) técnicas e instrumentos de levantamento de dados; (iv) tratamento, análise e apresentação dos resultados. Orientações e Normatizações para Redação Científica (uso da ABNT).

REFERÊNCIAS BÁSICAS

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social**: métodos e técnicas. 3. ed. rev. ampl. São Paulo: Atlas, 2007.

VERGARA, Sylvia Constant. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto.

Tradução Magda Lopes. 3. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2010. 296 p.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

SAMPIERI, Roberto Hernandez; COLLADO, Carlos Fernandez; LUCIO, Maria Del Pilar

Baptista. **Metodologia de Pesquisa**. 5. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atualizada.

São Paulo: Cortez, 2007.

YIN, Robert. **Estudo de Caso**: Planejamento e Métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

Disciplina 6 – TCC

EMENTA
Elaboração de Trabalho de Conclusão de Curso por artigo ou monografia, utilizando-se dos conhecimentos adquiridos durante o curso, sob orientação docente, de um problema na Gestão Pública. Durante o processo de pesquisa, o estudante deverá demonstrar as habilidades técnicas, conceituais e éticas pertinentes. O resultado do processo de pesquisa – projeto, relatório (monografia) e/ou Artigo Científico - será submetido à Banca Examinadora para aprovação.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
Adequada à temática de pesquisa. COSTIN, Claudia. Administração Pública. São Paulo: Elsevier Brasil, 2010. GIAMBIAGI, Fábio; ALEM, Ana Cláudia Duarte. Finanças públicas: teoria e prática no Brasil. 5. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016. PRADO, Darci. Planejamento e Controle de Projetos. 8. ed. Nova Lima: Ed. Falconi, 2014. VERGARA, Sylvia Constant. Métodos de Pesquisa em Administração. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora Atlas, 2015.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
Adequada à temática de pesquisa.

Disciplina 7 – Orçamento e Finanças Governamentais

EMENTA

Atividade financeira do Estado: falhas do mercado; funções do governo. Política fiscal, atividade econômica e finanças públicas: tributação e gasto público. Necessidade de financiamento do setor público, *déficits* e dívida pública. Planejamento Orçamentário: Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e Lei Orçamentária Anual (LOA). Experiências de Orçamento Participativo. Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Lei de Crimes Fiscais. Controle social e transparência. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

GIAMBIAGI, Fábio; ALEM, Ana Cláudia Duarte. **Finanças públicas**: teoria e prática no Brasil. 5. ed. rev. atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Planejamento Orçamentário**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2015.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CREPALDI, Silvio. **Orçamento Público: Planejamento, Elaboração e Controle**. São Paulo: Saraiva, 2013.

GRUBER, Jonathan. **Finanças Públicas e Política Pública**. Rio de Janeiro: LTC, 2009.

ROSEN, Harvey S.; GAYER, Ted. **Finanças Públicas**. Porto Alegre: MGH, 2015.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças Públicas: A política Orçamentária no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando (orgs.). **A reforma esquecida: orçamento, gestão pública e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

Disciplina 8 – Planejamento Estratégico e Gestão de Projetos

EMENTA

Planejamento Estratégico: conceitos, modelos, etapas e instrumentos. Elaboração, acompanhamento e avaliação de projetos. Técnicas e instrumentos: redes de programação, cronogramas e orçamento financeiro. Equipe e estruturas de organização de projetos. Prospecção de fontes de financiamento. Relatórios de desempenho. Encerramento físico-financeiro de projetos. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

MINTZERG, Henry. **Safari de Estratégia: Um Roteiro pela Selva do Planejamento Estratégico**. 2. ed. São Paulo: Bookman, 2010.

MOORE, Mark H. **Criando Valor Público: gestão estratégica no governo**. Rio de Janeiro: Letras & Expressões; Brasília: Enap, 2002.

PRADO, Darci. **Planejamento e Controle de Projetos**. 8. ed. Nova Lima: Ed. Falconi, 2014.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

ANDRADE, Arnaldo Rosa de. **Planejamento Estratégico: Formulação, Implementação e Controle**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

CONTADOR, Cláudio R. **Projetos sociais: avaliação e prática**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Planejamento Estratégico: Conceitos, Metodologia e Práticas**. 33. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

PMI. **Um Guia do Conhecimento em Gerenciamento de Projetos**. 6. ed. Brasília: PMI do Brasil, 2017.

TCU. **Guia de Referência do Sistema de Planejamento e Gestão**. Brasília: Tribunal de Contas da União, Seplan, 2008.

Disciplina 9 – Licitações, Contratos e Convênios

EMENTA

Licitação: aspectos gerais, princípios constitucionais, dispensa e inexigibilidade. O processo de licitação: modalidades, fases, revogação, invalidação e controle. Registro de Preços. Regime Diferenciado de Contratação. Uso do poder de compra e a sustentabilidade nas licitações. Gestão de Contratos. Modalidades de contratos administrativos. Terceirização. Convênios. Planejamento de compras governamentais e Gestão de Suprimentos na administração pública. Análise da Legislação Local. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

JUSTEN FILHO, Marçal. **Comentários à lei de licitações e contratos administrativos**. 17. ed. São Paulo: RTB, 2016.

MOTTA, Carlos Pinto Coelho. **Eficácia nas licitações e contratos**. 12. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2011.

TOLOSA FILHO, Benedito de. **Licitações, Contratos e Convênios**. Curitiba: Juruá, 2016.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 29. ed. São Paulo, Atlas, 2016.

FERNANDES, Jorge Ulisses Jacoby. **Vade-Mécum de Licitações e Contratos**. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

GASPARINI, Diógenes. **Direito administrativo**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 33. ed. São Paulo: Malheiros, 2018.

Disciplina 10 – Estruturas, Processos e Arranjos Organizacionais

EMENTA
Organização e mudança. Desenho organizacional. Condicionantes e componentes da estrutura organizacional. Centralização e descentralização. Alinhamento de estruturas, sistemas e processos organizacionais. Tendências atuais em desenhos e arranjos organizacionais. Estudos de casos aplicados.
REFERÊNCIAS BÁSICAS
BALLESTERO-ALVAREZ, Maria Esmeralda. Manual de Organização, Sistemas e Métodos . São Paulo: Atlas, 2015. CRUZ, Tadeu. Sistemas, Métodos e Processos : administração organizacional por meio de processos de negócios. São Paulo: Atlas, 2015. ARAÚJO, Luís César Gonçalves de. Organização, Sistemas e Métodos e as Tecnologias de Gestão Organizacional . São Paulo: Atlas, 2007. 2 v.
REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES
D'ASCENÇÃO, Luiz Carlos M. Organização, Sistemas e Métodos . São Paulo: Atlas, 2001. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Sistemas, Organização e Métodos : uma abordagem gerencial. São Paulo: Atlas, 2013. ROCHA, Mateus. Análise Organizacional . Rio de Janeiro: SESES, 2015. CARREIRA, Dorival. Organização, Sistemas e Métodos . 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

Disciplina 11 – Gestão de Pessoas

EMENTA
Abordagens e modelos de gestão de pessoas. Liderança e motivação: teorias e críticas. Políticas e gestão estratégica de pessoas na Administração Pública. Gestão de competências e

desenvolvimento de pessoas. Estudos de casos aplicados.

REFERÊNCIAS BÁSICAS

BERGAMINI, Maria Cecília Whitaker. **Motivação nas Organizações**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

<p>CAMÕES, Marizaura Reis de Souza; MENESES, Pedro Mauro Murce. <i>Gestão de Pessoas no Governo Federal: análise da implementação da política nacional de desenvolvimento de pessoal</i>. Cadernos ENAP, Brasília, n. 45, 2016.</p> <p>FERNANDES, Bruno Rocha. Gestão Estratégica de Pessoas com Foco em Competência. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.</p>
<p>REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES</p>
<p>ARAÚJO, Luís Cesar G. Gestão de pessoas: estratégias e integração organizacional. São Paulo: Atlas, 2006.</p> <p>BERGAMINI, Maria Cecília Whitaker. Liderança. Administração do Sentido. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2009.</p> <p>BOHLANDER, George; SNELL, Scott; SHERMAN, Arthur. Administração de recursos humanos. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003.</p> <p>DEMO, Gisela. Políticas de Gestão de Pessoas nas organizações: papel dos valores pessoais e da justiça organizacional. São Paulo: Atlas, 2008.</p> <p>IORIO, Célia Soares. Manual de Administração de Pessoal. 17. ed. São Paulo: Senac, 2017.</p>

Disciplina 12 – Governo Digital

<p>EMENTA</p>
<p>Sociedade da informação. Conceitos e abordagens sobre o governo digital. Governança eletrônica: transparência, participação social e democracia. Governo digital no Brasil: avanços, obstáculos e perspectivas. Inclusão sócio digital no Brasil. Estudos de casos aplicados.</p>
<p>REFERÊNCIAS BÁSICAS</p>

CEPIK, Marco; CANABARRO, Diego Rafael (orgs.). **Governança de TI**: Transformando a Administração Pública no Brasil. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. Disponível em: https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_48.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018.

PINHO, José Antonio Gomes de (org.). **Estado, sociedade e interações digitais**: expectativas democráticas. Salvador: UFBA, 2012.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.

REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**: a era da informação. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

CGI.br. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias da informação e comunicação no setor público brasileiro**: TIC Governo Eletrônico 2013. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2014. Disponível em: http://cgi.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_eGOV_2013_LIVRO_ELETRONICO.pdf. Acesso em: 02 ago. 2018.

FOUNTAIN, Jane E. **Construindo um Estado Virtual**: Tecnologia da Informação e Mudança Institucional. Brasília: ENAP, 2005.

GUIMARÃES, Tomás de Aquino; MEDEIROS, Paulo Henrique Ramos. A relação entre governo eletrônico e governança eletrônica no governo federal brasileiro. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 3, n. 4, p. 1-18, dezembro 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512005000400004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02 ago. 2018.

VAZ, José Carlos. Administração Pública e Governança Eletrônica? Possibilidades e Desafios para a Tecnologia da Informação. *In*: **Governo Eletrônico**: Os Desafios da

Participação Cidadã. Fortaleza: Fundação Konrad Adenauer, Série Debates, n. 24, dezembro 2002.

1. Processo de Avaliação do Desempenho do Aluno:

4.1. Tipos de avaliação:

A Educação a Distância, embora prescindida da relação face a face em todos os momentos do processo de ensino e aprendizagem, exige relação dialógica efetiva entre estudantes, professores formadores e orientadores. Por isso, impõe uma organização de sistema que possibilite o processo de interlocução permanente entre os sujeitos da ação pedagógica.

Entre os elementos imprescindíveis ao sistema estão:

- ▶ a implementação de uma rede que garanta a comunicação entre os sujeitos do processo educativo;
- ▶ a produção e a organização do material didático apropriado à modalidade;
- ▶ processos próprios de orientação e avaliação;
- ▶ monitoramento do percurso do estudante; e
- ▶ criação de ambientes virtuais que favoreçam o processo de ensino aprendizagem.

Para este curso, a estrutura e a organização do sistema, que dá suporte à ação educativa, preveem a organização de uma rede comunicacional e de produção do material didático.

O Curso de Especialização em Gestão a distância possui o envolvimento dos seguintes atores:

- **aluno** matriculado no curso;
- **professores autores**, responsáveis pela produção dos materiais didáticos (impressos e/ou em Ambientes Virtuais de Aprendizagem (AVA));
- **professores formadores**, responsáveis pela oferta das disciplinas;
- **professores pesquisadores**, vinculados a programas de pós-graduação da Ipes, ou a projetos de pesquisa;
- **tutores**, responsáveis por acompanhar, apoiar e avaliar os estudantes em sua caminhada; e
- **equipe de apoio**, responsável pela operacionalização da infraestrutura tecnológica e logística.

A avaliação é entendida como atividade que tem por função básica subsidiar tomadas de decisão. Nesse sentido, pressupõe não apenas análises e reflexões relativas a dimensões estruturais e organizacionais do curso, numa abordagem didático-pedagógica, como também dimensões relativas aos aspectos políticos do processo de formação de profissionais no campo da Administração Pública.

Entre os aspectos de maior significação para o processo de tomada de decisões relativas ao curso, destacam-se: a avaliação da proposta curricular; a avaliação da aprendizagem; a avaliação do material didático; a avaliação da orientação; a avaliação do sistema comunicacional da EAD; e a avaliação do impacto do curso na formação de profissionais no campo da Administração Pública.

O processo de avaliação de aprendizagem na EAD, embora se sustente em princípios análogos aos da educação presencial, requer tratamento e considerações especiais em alguns aspectos.

No contexto da EAD, o estudante não conta, comumente, com a presença física do professor. Por esse motivo, é necessário desenvolver métodos de estudo individual e em grupo, para que o acadêmico possa:

- buscar interação permanente com os colegas, os professores formadores e com os orientadores todas as vezes que sentir necessidade;
- obter confiança e autoestima frente ao trabalho realizado; e
- desenvolver a capacidade de análise e elaboração de juízos próprios.

É importante desencadear um processo de avaliação que possibilite analisar como se

realiza não apenas o envolvimento do estudante no seu cotidiano, mas também o surgimento de outras formas de conhecimento, obtidas de sua prática e de sua experiência, a partir dos referenciais teóricos e práticas trabalhadas no curso.

A tutoria no curso de Especialização em Gestão Pública, como componente fundamental do sistema, tem a função de realizar a mediação entre o estudante e o material didático de curso. Nesse sentido, o tutor não deve ser concebido como sendo um “facilitador” da aprendizagem, ou um animador, ou um monitor.

A tutoria é um dos elementos do processo educativo que possibilita a ressignificação da educação a distância por possibilitar o rompimento da noção de tempo/espaço da escola tradicional. O processo dialógico que se estabelece entre estudante e tutor deve ser único, e o tutor, paradoxalmente ao sentido atribuído ao termo “distância”, deve estar permanentemente em contato com o estudante, mediante a manutenção do processo dialógico, em que o entorno, o percurso, as expectativas, as realizações, as dúvidas e as dificuldades sejam elementos dinamizadores desse processo.

O tutor participa desde a fase de planejamento, com os professores formadores. Sendo ele o responsável pelo acompanhamento e pela avaliação do percurso de cada estudante sob sua orientação: em que nível cognitivo se encontra, que dificuldades apresenta, se ele se coloca em atitude de questionamento reconstrutivo, se reproduz o conhecimento socialmente produzido necessário para compreensão da realidade, se reconstrói conhecimentos, se é capaz de relacionar teoria e prática, se consulta bibliografia de apoio, se realiza as tarefas e exercícios propostos, como estuda, quando busca orientação, se ele se relaciona com outros estudantes, se participa de organizações ligadas à sua formação profissional ou a movimentos sociais locais.

Por todas essas responsabilidades, torna-se imprescindível que o tutor tenha formação específica, em termos de aspectos político-pedagógicos da educação a distância e da proposta teórico-metodológica do curso. Essa formação deve ser oportunizada pela Ipes antes do início e ao longo do curso.

Em razão de uma das principais características da EAD, a dupla relatividade do espaço e do tempo, é importante o uso de ferramentas que operacionalizem o processo de comunicação e a troca de informação nas suas formas sincrônica e diacrônica.

As ferramentas utilizadas nos processos de comunicação sincrônica serão:

- ambiente virtual, com recursos de fórum, *chat*, biblioteca virtual, agenda, repositório de tarefas, questionários, recursos de acompanhamento e controle de cada estudante, entre outros;
- videoaulas;
- telefone;

- redes sociais;
- email e aplicativos de troca de mensagens instantâneas;

O Processo de comunicação-interação entre os participantes se dará por meio da organização de cada à estrutura de comunicação síncrona e diacrônica e será orientada pelo tutor sobre a forma e os momentos de uso de cada uma delas. Como sujeito que participa ativamente do processo avaliativo, o estudante será informado por seu tutor e pelo professor formador sobre o que está sendo avaliado, a partir de que critérios, se a atividade que lhe é proposta é objeto de avaliação formal, o que se espera dele naquela atividade etc.

Em outras palavras, a postura de avaliação assumida no processo de ensino-aprendizagem do curso pressupõe, por um lado, a compreensão do processo epistêmico de construção do conhecimento e, por outro, a compreensão da ação de avaliar como processo eminentemente pedagógico de interação contínua entre estudante-conhecimento-tutor-professor formador.

4.2. Tipo e características da Monografia ou do Trabalho Individual de Conclusão de Curso: informar neste item a exigência de avaliações presenciais e de apresentação presencial da Monografia ou do Trabalho Individual de Conclusão do curso, perante banca avaliadora formada pelo orientador e no mínimo mais um examinador com titulação mínima de mestre:

O trabalho de conclusão de curso será orientado por professor, escolhido pelo aluno dentre o grupo de orientadores indicados pela coordenação do curso e aprovados pelo Colegiado do curso. Se constituirá de trabalho individual da monografia ou do trabalho de conclusão de curso. É obrigatório e o discente deverá ter a frequência mínima nas orientações registradas pelo orientador, conforme plano de trabalho elaborado pelo aluno em conjunto com o orientador. Sendo que o prazo limite para a entrega da monografia ou do trabalho de conclusão de curso não deverá ultrapassar o tempo de 6 (seis) meses após o encerramento da oferta das disciplinas do curso em que o aluno estiver matriculado ou ainda mediante aprovação de artigo científico em revista com Qualis A ou B com seu orientador.

4.3. Nota “7,0” (sete) - mínimo e frequência para aprovação

Para aprovação nas disciplinas e no trabalho de conclusão de Curso, a média mínima para aprovação será 7,0 (sete) como preconizado nas normas de funcionamento dos Cursos de Pós-graduação lato sensu, modalidade presencial e modalidade de educação a distância, da Universidade Federal do Vale do São Francisco, sendo necessária 100% de frequência nos momentos presenciais e síncronos a serem realizados no AVA. Nos casos em que o discente não comparecer nas aulas e encontros síncronos por impossibilidade prevista nas normas da Univasf, caberá ao mesmo encaminhar justificativa comprovada e o Colegiado de Curso decidirá.

VIII - FINANCIAMENTO DO CURSO

Conforme explicita a exigência estabelecida na resolução do CONSEPE 55/2014, no item VII, para o financiamento do curso, os recursos para a viabilização do curso são provenientes da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)/FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação)/ MEC, sendo que a gestão financeira caberá à Fundação UNISELVA através de termo de convênio.

Os custos do projeto em questão estão previstos no Plano de Trabalho UAB e serão descentralizados, conforme compromisso de repasse institucional pactuado entre Univasf e Diretoria de Educação a Distância da CAPES.

IX – ORÇAMENTO

O orçamento do projeto foi aprovado conforme Plano de Trabalho apreciado pelas instâncias acadêmicas e órgãos superiores da Univasf.

Emitido em 28/09/2024

PLANO DE CURSO Nº 72/2024 - AEG (11.01.02.00.00.06)

(Nº do Protocolo: NÃO PROTOCOLADO)

(Assinado digitalmente em 28/09/2024 15:58)

BRUNO CEZAR SILVA

COORDENADOR

1618861

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sig.univasf.edu.br/documentos/> informando seu número: **72**, ano: **2024**, tipo: **PLANO DE CURSO**, data de emissão: **28/09/2024** e o código de verificação: **d096c8cd4a**